

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Foram ontem tornadas públicas situações de rutura no fornecimento e disponibilização de contraceptivos nos centros de saúde. Contraceptivos e dispositivos como os intrauterinos (DIU) deveriam ser disponibilizados gratuitamente pelo Serviço Nacional de Saúde, mas tal não está a acontecer. Há também atrasos nas consultas de planeamento familiar. Esta situação de irregularidade no acesso dificulta a adesão e manutenção da terapêutica, podendo originar gravidezes indesejadas.

São as próprias USF que reportam falhas no fornecimento de pílulas orais e dispositivos intrauterinos, entre outros. Perante esta rutura, em vez de serem fornecidos os contraceptivos, estes são prescritos pelos médicos para aquisição em farmácia, mas, neste caso, a terapêutica deixa de ser gratuita passando a ser comparticipada em 69%. Caso se trate de um DIU e este esteja em rutura, é adiada a aplicação do mesmo.

A Associação para o Planeamento da Família (APF) indica que têm recebido diversos relatos de utentes "preocupadas pelo facto de a pílula disponibilizada no centro de saúde mudar frequentemente, o que as deixa inseguras face a possíveis alterações no seu organismo e mesmo com dúvidas se a eficácia se mantém". Receberam também pedidos de esclarecimento de mulheres que utilizam o implante ou o Sistema Intrauterino (SIU) e que, perante a aproximação do fim de validade dos mesmos, foram informadas que terão que aguardar meses por uma consulta para substituição.

Esta situação é preocupante porque torna mais difícil o acesso a contraceptivos, um instrumento fundamental de saúde sexual e reprodutiva e de autodeterminação sexual. A existência de ruturas no seu fornecimento, assim como a não disponibilização gratuita dos mesmos representa vários passos atrás nestas áreas e pode significar o aumento de gravidezes indesejadas.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do

Ministro da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. O que está a fazer para que os centros de saúde voltem a fornecer contraceptivos de forma gratuita?
3. Quais as razões para estas situações de rutura?
4. Considera que estas situações de rutura são admissíveis?

Palácio de São Bento, 3 de outubro de 2022

Deputado(a)s

CATARINA MARTINS(BE)